



GT 14. Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

Coordenador(es):

José Colaço Dias Neto (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Francisca de Souza Miller (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, Comunidades e Conflitos

Debatedor/a: Luceni Hellebrandt (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Conflitos, Processos e Resistências

Debatedor/a: Edna Ferreira Alencar (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities – tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral – foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos. A expansão metropolitana, os desastres ambientais de grandes proporções, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico, são alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Este Grupo de Trabalho pretende reunir pesquisas empíricas em andamento e tem como um de seus objetivos o cruzamento de diversos olhares sobre estes fenômenos, em especial àqueles de caráter etnográfico, que evidenciem conflitos e tensões entre as populações “tradicionais” e os vários modelos de uso e ocupação destes territórios costeiros e ribeirinhos. Reflexões sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organização política destas populações, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais – sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas – são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta activity.

Pescadores quilombolas de Degredo, Linhares-ES: conflitos socioambientais, territorialidades e identidade

Autoria: Lorena Lins (UVV - Universidade Vila Velha), Augusto Cesar Salomão Mazine

Discute a relação entre os saberes tradicionais e modo de vida da comunidade pescadora extrativista e remanescente de quilombo Degredo, Linhares, Espírito Santo e a produção do território diante de conflitos socioambientais e da afirmação da identidade quilombola. Após a década de 1980 os moradores de Degredo sofreram diversas interferências, especialmente relacionada a questão territorial, entre as quais, a grande enchente de 1979, a chegada dos fazendeiros e de grandes empresas de exploração. A comunidade, afetada pelo rompimento da barragem de Fundão pela mineradora Samarco no município de Mariana, MG, de 2015, teve seu processo de reconhecimento quilombola executado como condicionante do termo de ajuste de conduta firmado entre a Fundação Renova da mineradora Samarco e o Ministério Público. A partir dessas interferências, em especial, a chegada da lama? na Comunidade de Degredo, o estudo analisa o contexto de proibição da pesca e o processo de autorreconhecimento quilombola, seus reflexos no processo extrativista de peixe e o cultivo de mandioca e a reconfiguração no território de Degredo a partir da intervenção de grandes processos de compensação e mitigação ambiental, como os da Samarco e da Petrobras, interferindo no extrativismo do mel e fomentado a produção de outros arranjos produtivos. Como referencial teórico-metodológico, parte-se da ecologia política crítica (Little, 2005; Leff, 2008; Barreto Filho, 2004) e da etnociência (Diegues, 2008). Para tal, a partir de uma abordagem etnográfica, realiza-se uma investigação



sobre as percepções dos moradores em relação ao atual contexto da comunidade, as transformações nas relações sociais sobre os aspectos das identidades da pesca e étnica. Os sujeitos da pesquisa são os pescadores e pescadoras e membros participantes da comissão quilombola organizados no processo de certificação na Fundação Cultural Palmares para titulação quilombola do território. Com isso, evidenciam-se as representações dos sujeitos da comunidade sobre a afirmação da identidade quilombola na reconfiguração dos usos do território diante dos conflitos socioambientais.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: